



11076861



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

**Memória de Reunião**

Comitê de Governança Estratégica - CGE

<b>DATA:</b>	30/01/2020	
<b>LOCAL:</b>	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO</b>
1.	Sergio Moro	GM
2.	Flávia Cecília Maceno Blanco	GM
3.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
4.	Christiane Maranhão de Oliveira	SPO
5.	Rogério Xavier Rocha	SAA
6.	Rodrigo Lange	DTIC
7.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
8.	Lucas Alves de Lima Barros de Góes	AFEPAR
9.	Georgia Renata Sanchez Diogo	ASINT
10.	Ronaldo Vieira Bento	OUV
11.	Maria Hilda Marsiaj Pinto	SENAJUS
12.	Luciano Benetti Timm	SENACON
13.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
14.	Rosalvo Ferreira Franco	SEOPI

15.	Maurício Leite Valeixo	PF
16.	Adriano Marcos Furtado	PRF
17.	Neide Alves Dias de Sordi	AN
18.	Alexandre Silveira de Oliveira	FUNAI
19.	David de Lima Freitas	SPO
20.	Ivan Gomes Bonifácio	SENAJUS
21.	Freibergue Rubem do Nascimento	SENASP
22.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
23.	Juliana Coelho Antero	CGGE
24.	Rafael Schaefer Comparin	CONJUR
25.	Vinicius Eloy dos Reis	CADE
26.	Eduardo Bomfim	SE
27.	João Francisco Oliveira	PRF
28.	Lívia de Paula M. Fernandes	ASINT
29.	Alcir Amaral Teixeira	FUNAI
30.	Diogo D. Soriano	SENAD
31.	Rafael Henrique Cerqueira	SE
32.	Julieta Verlum	GM
33.	Renata Martinelli	ASCOM
34.	Cristiane de C. M. Dales	ASCOM
35.	Andrezza Oliveira Klug	GM
36.	Elias José Pudelko	GM
37.	Ronney Matsui	SENASP
38.	José Roberto A. B. Soares	SENASP
39.	Priscilla Oliveira	SENASP
40.	Sergio Rodrigues da Silva	SPO
41.	Gilson Faquim	PRF
42.	Aginaldo de Oliveira	SENASP
43.	Leonardo Costa	CGGE
44.	André Buscar	AN
45.	David Menegon	SENACON
46.	Juliana Oliveira Domingues	SENACON
47.	Leonardo Bernardes Soares	SENACON
48.	Leonardo Bueno de Melo	SE
49.	Renato Ivo F. de Castro	SENASP

50.	Rafael Rodrigues	SENASP
<b>PAUTA:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Abertura;</li> <li>2. Planejamento Estratégico 2020-2023 – documentos aprovados;</li> <li>3. Planejamento Estratégico 2020-2023 – revisão;</li> <li>4. Monitoramento do Planejamento Estratégico - panorama de projetos e indicadores até dezembro/2019: SEOPI, PRF e SENASP;</li> <li>5. Planejamento Estratégico 2015-2019;</li> <li>6. Informes SPO;</li> <li>7. Informes DTIC;</li> <li>8. Gestão de riscos, gestão de integridade e controle interno;</li> <li>9. Encaminhamentos.</li> </ol>	

**DELIBERAÇÕES**

1. A reunião teve início com a abertura do Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, que apresentou a pauta. Parabenizou a aprovação do Planejamento Estratégico previamente ao início do exercício financeiro do ano de 2020 e destacou ainda que o Planejamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP está sendo tratado como referência na Esplanada. Relembrou que novos projetos podem ser iniciados, mas devem estar alinhados com as diretrizes estratégicas já aprovadas.
2. O Ministro Sérgio Moro sugeriu a cada área uma abordagem minimalista, com o desenvolvimento de pequenos projetos perante o Congresso Nacional. Também destacou a importância de novas iniciativas com as forças policiais e com a Força Nacional, bem como de alocação de pessoal. Frisou a importância dos aparatos tecnológicos utilizados nos serviços das forças policiais. E, por fim, parabenizou as unidades pelo trabalho realizado no ano de 2019.
3. Em seguida o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, apresentou, em linhas gerais, o Planejamento Estratégico 2020-2023 aprovado em dezembro de 2019, com seus principais elementos, quais sejam: diretrizes, indicadores, metas e projetos estratégicos. Reforçou, também, que essas informações estão publicadas no site do MJSP.
4. Logo após, a Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional, Sra. Claudete Trapp, explanou sobre a revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023 que se iniciou no dia 6 de janeiro, com o envio de e-mail aos pontos focais das unidades para revisão pontual de cronogramas de projetos estratégicos. Além disso, lembrou que no dia 27 janeiro, também foi aberta para as unidades a oportunidade de revisão de metas e de projetos estratégicos, que deverá ser aprovada na próxima reunião do Comitê de Governança Estratégica - CGE. Pontuou ainda que os projetos e indicadores que seriam apresentados na presente reunião referem-se ao Planejamento Estratégico 2015-2019. Por fim, apresentou a nova versão do mapa estratégico com os valores institucionais. O Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, submeteu o novo mapa ao Comitê, que foi aprovado pelos presentes.
5. Dando continuidade à pauta, o monitoramento do Planejamento Estratégico 2015-2019 foi realizado a partir da explanação do andamento dos projetos estratégicos selecionados em reunião anterior, bem como dos resultados de alguns indicadores. O Sr. Vinícius Depra iniciou a apresentação com o projeto Fronteira Integrada da Secretaria de Operações Integradas - SEOPI. O projeto iniciou-se em março de 2019 e foi finalizado em dezembro de 2019 com todas as atividades entregues. A meta prevista de 11 operações integradas foi superada, tendo sido finalizada com um total de 47 (quarenta e sete) operações. Esse resultado foi devido, principalmente, à integração entre diversas agências. Ainda durante o ano de 2019, surgiu a oportunidade de criação de um novo projeto mais amplo, o Programa Vigia. Em suas operações, o projeto obteve apoio de todas as suas

instituições, para que os resultados fossem alcançados. Por fim, dentre esses resultados, destacou-se a apreensão de 88 (oitenta e oito) toneladas de drogas, de 666 (seiscentos sessenta e seis) veículos e de 648 (seiscentos e quarenta e oito) criminosos presos.

6. Em seguida, o representante da Polícia Rodoviária Federal, Sr. João Oliveira, expôs sobre o projeto Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito, que tem por objetivo diminuir o número de mortes a partir do desenvolvimento de ações para além da fiscalização, tais como: conhecimentos de dados estatísticos, redirecionamento dos policiais, estudos críticos dos acidentes que já aconteceram, avaliações de locais para propor melhorias de infraestrutura, assim como a integração com outras instituições relacionadas a essa temática. Tendo em vista que as mortes em rodovias de forma geral são provocadas por uma série de condutas – que somadas totalizaram 5.322 (cinco mil trezentos e vinte e duas) mortes no ano de 2019, em especial por atropelamentos, ultrapassagens em locais proibidos ou indevidas, excesso de velocidade e até mesmo embriaguez – foi informado que envolveram ações de estreitamento de relações com outras agências e de capacitação de professores, além de investimento em comunicação social. O Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, Sr. Adriano Furtado, complementou a exposição e ressaltou a ampliação das horas trabalhadas na atividade fim, com o aumento de 33% do número de veículos fiscalizados, bem como a importância de integração com outros atores para efetividade das ações, como a participação do Ministério da Infraestrutura na questão da iluminação pública. Mencionou também o aprimoramento do processo de resgate de vítimas, o mapeamento da malha rodoviária e as ações de educação para o alcance em escala do ensino médio e fundamental. Destacou que, para este ano de 2020, existe a pretensão de alcançar autoescolas, instrutores, novos condutores e motoristas profissionais. Quanto ao indicador Vítimas mortas em acidentes de trânsito em rodovias federais, no ano de 2019, houve uma piora do resultado, com 5.322 (cinco mil trezentos e vinte e dois), que ultrapassou em 11% a meta de 4.759 (quatro mil setecentos e cinquenta e nove).
7. Logo após, o Sr. Rafael Rodrigues apresentou o projeto Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública - SINESP Integração, dividido em 3 (três) grandes etapas, quais sejam: desenvolvimento de soluções, permitindo a utilização do Sistema do governo federal de forma gratuita pelos estados que não possuem registro de ocorrência; fornecimento de barramento de comunicação para os estados; e desenvolvimento por parte dos estados das suas soluções de integração. Dessa forma, foi possível atender o indicador Estados com sistema informatizado de boletim de ocorrência integrados ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP, com os 27 (vinte e sete) Estados integrados. No momento, o projeto encontra-se em nova etapa, com a integração dos procedimentos de polícia judiciária e de ocorrência. Destacou ainda a iniciativa do SINESP com a Universidade Federal do Ceará de elaboração de aplicativos *mobile* para as atividades policiais.
8. Em seguida, a Coordenadora-Geral, Sra. Claudete Trapp, reforçou a importância do envio dos termos de encerramento dos projetos estratégicos do Planejamento Estratégico 2015-2019, contendo informações qualitativas sobre os principais resultados alcançados, uma vez que serão utilizados no relatório de avaliação do ciclo 2015-2019.
9. Dando continuidade à pauta, a Subsecretária de Planejamento e Orçamento, Sra. Christiane Maranhão, informou sobre a exclusão do indicador de Execução Orçamentária, com meta de 95%, devido à publicação da emenda constitucional nº 100, a qual sinaliza o entendimento que a execução orçamentária deverá ser de 100%. A Subsecretária ressaltou que o assunto será objeto de regulamentação por parte do Ministério da Economia e orientações serão repassadas para as áreas orçamentárias das unidades em momento posterior. A Subsecretária elogiou todos os esforços empenhados pelas unidades no ano de 2019, destacando o Fundo de Direitos Difusos - FDD e o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP pelo desempenho devido à ampliação do limite de empenho já no fim do exercício. Ainda, destacou o melhor desempenho histórico da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP com 97% dos recursos empenhados das emendas de bancada e com 88% referente às emendas individuais. Logo após, o Sr. David Freitas demonstrou o plano de ação para cancelamento dos restos a pagar do MJSP, em virtude do Acórdão nº 8.283 do TCU, o qual impõe a redução dos restos a pagar, uma vez que prejudicam o planejamento fiscal.

10. Em seguida, o Sr. Rodrigo Lange, Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, falou sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, o qual foi estendido de 2019 para 2020, com algumas revisões feitas pela Secretaria de Operações Integradas e pela Secretaria Nacional do Consumidor. Considerando o exposto, o Plano foi aprovado pelo Comitê.
11. O Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, informou sobre a elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República, agradeceu as contribuições e alertou que a Controladoria-Geral da União poderá pedir algum detalhamento das informações prestadas. Em relação ao Relatório de Gestão, mencionou que envolve todas as unidades, excluindo apenas o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI por possuírem relatórios próprios. O prazo para entrega é até o dia 31 de março. Os novos pilotos para a gestão de riscos já estão acertados com a Polícia Federal – PF, com a Polícia Rodoviária Federal – PRF e com o CADE. Foram feitas tratativas também com a FUNAI para retomada dos projetos-piloto. Com relação a 3ª (terceira) fase do Programa de Integridade, informou que a maioria das unidades está em fase de implementação e está realizando a análise dos mecanismos de controle. Por fim, comunicou que o e-Aud substituiu o sistema Monitor e que foi enviado para as unidades um ofício circular contendo as instruções necessárias para o cadastramento dos usuários.
12. Por fim, o Sr. Washington informou que as reuniões do CGE, em 2020, acontecerão toda última quinta de cada mês e que, excepcionalmente, a reunião prevista para o dia 27 de fevereiro (Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE) será realizada em 5 de março, tendo em vista a proximidade ao carnaval. Mencionou ainda que as unidades responsáveis pela apresentação de projetos e de indicadores na próxima reunião serão a SENASP (projeto Em Frente Brasil) e um indicador, o Gabinete do Ministro – GM (projeto Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública) e o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (projeto Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN) e um indicador.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA COELHO ANTERO, Administrador(a)**, em 21/02/2020, às 15:23, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 21/02/2020, às 15:23, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO DE MELO COSTA, Administrador(a)**, em 21/02/2020, às 15:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rosalvo Ferreira Franco, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 21/02/2020, às 15:41, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Dominici Soriano, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 21/02/2020, às 15:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA DE PAULA MIRANDA PEREIRA FRAUCHES, Coordenador(a)-Geral de Assuntos Internacionais**, em 21/02/2020, às 15:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bernardes Soares, Assistente Técnico(a)**, em 21/02/2020, às 15:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Leite Valeixo, Usuário Externo**, em 21/02/2020, às 16:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA CECÍLIA MACENO BLANCO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 21/02/2020, às 16:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID MENEGON, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 21/02/2020, às 16:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bueno de Melo, Coordenador(a)-Geral de Gestão de Governança de TIC**, em 21/02/2020, às 17:01, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 21/02/2020, às 17:05, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Eloy dos Reis, Usuário Externo**, em 21/02/2020, às 18:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Luciano Benetti Timm, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 21/02/2020, às 18:30, conforme o § 1º do art.



6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO MORO, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 26/02/2020, às 12:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 26/02/2020, às 15:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREZZA CRISTINA CARDOS DE OLIVEIRA KLUG, Assessor(a) do Gabinete do Ministro**, em 27/02/2020, às 12:55, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 27/02/2020, às 19:26, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 27/02/2020, às 21:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Maranhão de Oliveira, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 28/02/2020, às 16:55, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 28/02/2020, às 17:22, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GOES, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares**, em 02/03/2020, às 13:09, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Georgia Renata Sanchez Diogo, Chefe da Assessoria Especial Internacional**, em 03/03/2020, às 16:23, conforme



o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 16/03/2020, às 15:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 19/03/2020, às 18:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO MARCOS FURTADO, Usuário Externo**, em 14/04/2020, às 18:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11076861** e o código CRC **4EC22077**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acao-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.